

GASOLINA E ETANOL

A VOLTA DO IMPOSTO

Petrobras deve atenuar impacto ao consumidor da reoneração do combustível

FERNANDA TRISOTTO,
SERGIO ROJO, RENAN MONTEIRO,
MARCOS VENTURA E BRUNO ROSA
economi@globo.com.br
BRASIL E HO

Numa vitória para Fernando Haddad, o Ministério da Fazenda confirmou ontem que voltará a cobrar os impostos federais sobre gasolina e etanol. A ideia, segundo a pasta, é manter a arrecadação de R\$ 28,9 bilhões prevista no pacote de medidas anunciado no dia 12 de janeiro. Os percentuais de cobrança de impostos sobre álcool e gasolina ainda serão informados pelo governo.

Ontem à noite, ao deixar o ministério, Haddad afirmou que a Petrobras pode "contribuir" com a medida dentro da sua atual política de preços. Chamada de Preço de Paridade de Importação (PPI), essa política atrela os valores internos ao mercado externo (ao usar parâmetros como dólar e barril de petróleo).

— Significa que a atual política de preços da Petrobras tem um "colchão" que permite aumentar ou diminuir o preço dos combustíveis e ele pode ser utilizado. Essa pode ser uma das contribuições — afirmou o ministro.

— Dentro do PPI significa respeitar o PPI.

MARGEM DE R\$ 0,21 NO PREÇO

O governo Lula pretende mudar o PPI, mas ainda não tem maioria dentro do Conselho de Administração da Petrobras para isso — só em abril os indicados pela atual gestão tomarão posse. Dados da associação das empresas importadoras de combustíveis apontam que a Petrobras vende hoje a gasolina R\$ 0,21 acima do mercado internacional.

A volta integral dos impostos federais sobre gasolina representaria um impacto de R\$ 0,69 por litro do combustível, considerando PIS/Cofins e Cide. No álcool, o impacto seria de R\$ 0,24 por litro. Dessa forma, se a Petrobras reduzir o valor cobrado na refinaria, o impacto para o consumidor final tende a ser menor.

Esta é uma solução que resolve um impasse entre a equipe econômica e a ala política, que era contra a reoneração de impostos citando preocupações com a inflação e com a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da



Saída para impasse. Petrobras estuda como reduzir impacto no bolso do consumidor com a volta de impostos federais sobre gasolina e etanol. Preocupação é com solução dentro das regras de mercado



“Significa que a atual política de preços da Petrobras tem um ‘colchão’ que permite aumentar ou diminuir o preço dos combustíveis e ele pode ser utilizado. Essa pode ser uma das contribuições”

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

do que pode ser feito dentro das regras de mercado.

Apesar de confirmar a volta do imposto, a Fazenda não informou os valores que serão cobrados por litro e nem o novo modelo de cálculo. A ideia é que o combustível fóssil seja mais onerado, de acordo com o Ministério da Fazenda, e que isso seja distribuído ao longo da cadeia. Ou

seja, a gasolina terá um imposto maior que o álcool.

Segundo integrantes do governo, não haverá perda de receitas para a União, e o objetivo é alinhar princípios de sustentabilidade ambiental (onerando mais combustível fóssil), social (afetando menos o consumidor) e econômica (preservando a arrecadação).

O valor de R\$ 28,9 bilhões previsto no pacote da Fazenda considera como parâmetro a volta da cobrança de imposto sobre gasolina e álcool a partir de 1º de março. O número foi incluído nas previsões oficiais da pasta e não prevê a volta de impostos para diesel e gás de cozinha, que continuarão desonerados até o fim do ano.

Com a reoneração, o governo confirma a arrecadação prevista no pacote de medidas de Haddad, que tenta reduzir o déficit das contas públicas, estimado em R\$ 231 bilhões. O Orçamento de 2023 previa a desoneração de combustíveis durante todo o ano.

Ao manter a arrecadação

inalterada, o governo faz um movimento pró-responsabilidade fiscal, o que, segundo especialistas, abre caminho para cortar juros e reduzir estruturalmente a inflação.

OFERTA E DEMANDA

Logo no começo do governo, Lula editou medida provisória renovando os impostos zero dos (PIS/Cofins e Cide) sobre combustíveis. Eles foram reduzidos pela gestão Jair Bolsonaro até 31 de dezembro de 2022, em movimento visto como eleitoral por analistas.

A MP assinada por Lula zerou os impostos sobre diesel e gás de cozinha até 31 de dezembro deste ano. Para a gasolina, o etanol, o querosene de aviação e o GNV, a redução vale apenas até hoje.

Haddad sempre defendeu a cobrança dos impostos, enquanto a ala política do governo e nomes como a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), pediam a manutenção da desoneração. Diante do impasse, o dia ontem foi

de reuniões, que começaram cedo, no Palácio do Planalto.

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galpoldo, viajou à tarde para uma reunião na sede da Petrobras, no Rio. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, também participou do encontro e disse em nota que o encontro foi para buscar "maiores informações a respeito da previsão de oferta e de demanda de derivados de petróleo para as próximas semanas, bem como a previsão de preço futuros dos combustíveis".

O entorno de Haddad avalia que o ministro saiu vitorioso do episódio e que o desfecho mostra que a presidente do PT se precipitou ao manifestar sua posição a favor da prorrogação da desoneração.

Aliados do ministro rejeitam o embate entre ala política e econômica e dizem que apenas Gleisi ficou do outro lado. Dizem que os ministros palacianos eram favoráveis à volta da cobrança. Foi preciso costurar solução de meio-termo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 11